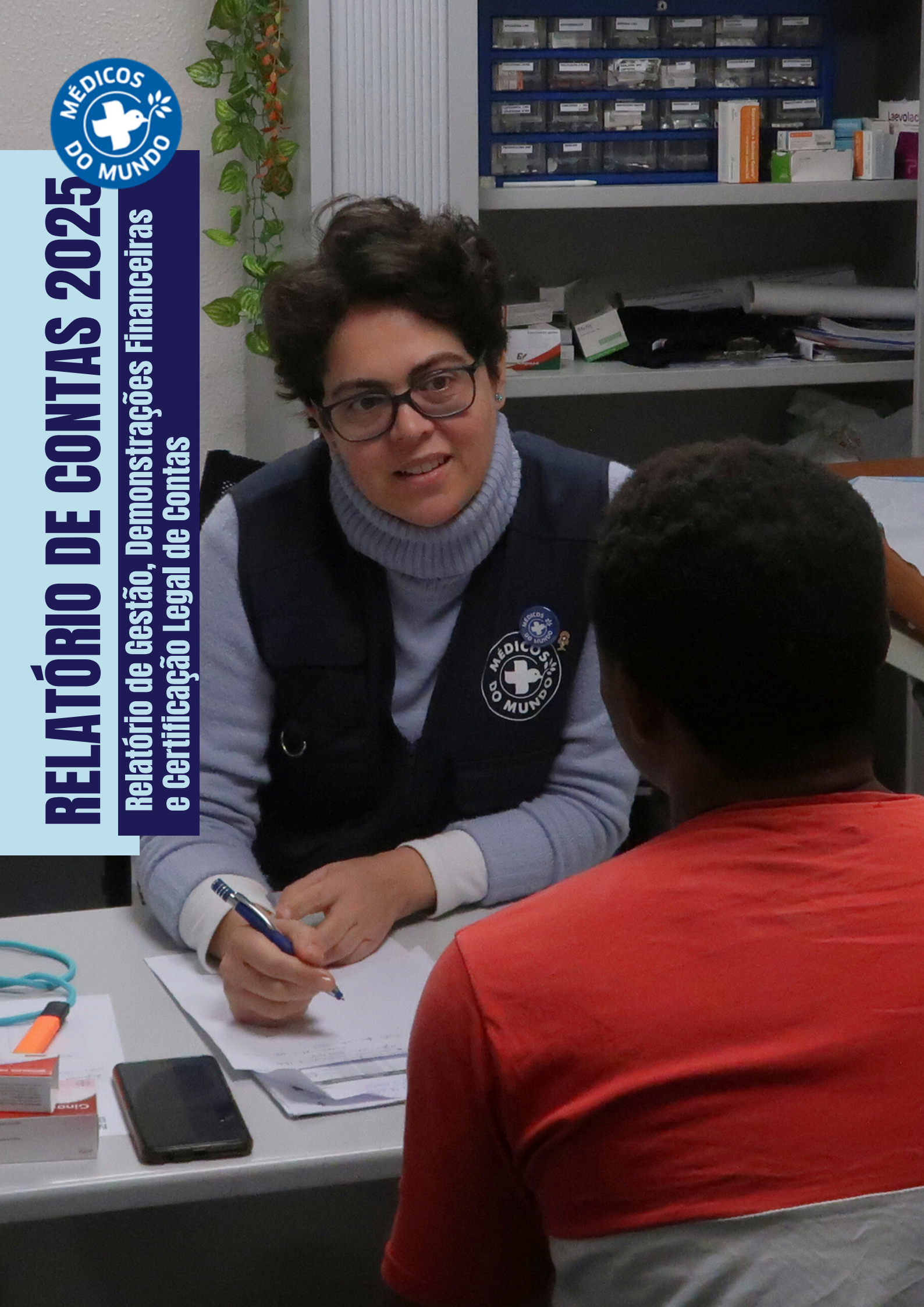


RELATÓRIO DE CONTAS 2025

Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras
e Certificação Legal de Contas



INTRODUÇÃO

O ano de 2025 ficou marcado pela continuidade de uma política de gestão orientada pelos princípios de rigor, eficácia e eficiência, essenciais para assegurar a sustentabilidade económica, social e ambiental da Médicos do Mundo (MdM). Estes princípios continuam a orientar a atividade da Área Financeira, garantindo que a missão humanitária e o carácter solidário da MdM se refletem em todas as decisões e processos internos.

Num contexto global ainda marcado pela instabilidade geopolítica e pelos impactos prolongados dos conflitos internacionais, a MdM demonstrou capacidade de resiliência e de adaptação, assegurando a continuidade dos seus projetos e o cumprimento das responsabilidades financeiras e operacionais. O exercício de 2025 encerrou com um resultado financeiro positivo de 161.585,87€, evidenciando a consolidação das práticas de controlo, transparência e cumprimento normativo — pilares fundamentais para reforçar a confiança de parceiros, financiadores e beneficiários.

Ao longo deste ano, a Área Financeira prosseguiu os esforços de melhoria contínua no controlo financeiro, na uniformização de procedimentos e na promoção de um modelo de governança robusto, assente em práticas sólidas de transparência e prestação de contas. Paralelamente, constitui também um objetivo estratégico a elaboração do Manual de Processos e Procedimentos, instrumento fundamental para assegurar uma atuação ética, responsável e transversal a toda a estrutura organizacional.

Com estes avanços, 2025 representa um ano de consolidação e progressão, reafirmando o compromisso da MdM com a boa gestão, a accountability e a construção de bases sólidas para o futuro da organização.

RESULTADOS FINANCEIROS DE 2025

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em euros)

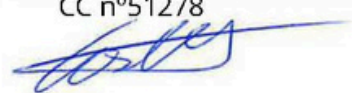
RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2025	2024
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....	6	1 160,00	1 855,80
Subsídios à exploração.....	10.8	1 212 677,37	1 080 240,45
Fornecimentos e serviços externos.....	10.9	(302 350,98)	(286 647,48)
Gastos com o pessoal.....	8	(899 289,06)	(918 174,01)
Provisões (aumentos/reduções).....			
Outras imparidades (perdas/reversões).....			
Aumentos/reduções de justo valor.....			
Outros rendimentos.....	10.10	171 756,29	208 079,62
Outros gastos.....	10.11	(16 249,87)	(31 555,52)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		167 703,75	53 798,86
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	5	(6 096,06)	(8 148,58)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		161 607,69	45 650,28
Juros e rendimentos similares obtidos.....			
Juros e gastos similares suportados.....	10.12	(21,82)	(17 243,27)
Resultado antes de impostos		161 585,87	28 407,01
Imposto sobre o rendimento do período.....			
Resultado líquido do período		161 585,87	28 407,01

A Direção



O Contabilista Certificado

CC nº51278



Fruto de variações, maioritariamente positivas, das principais componentes da Receita e da Despesa, no final do Exercício de 2025 a MdM registou um Resultado Líquido positivo no montante de 161 585,87 euros.

Deste modo, a análise comparativa dos Resultados Líquidos no final dos Exercícios 2025 e 2024, revela uma variação positiva no montante de 133.78,86€.

Esta variação positiva teve origem, principalmente, nos seguintes agregados:

- "Gastos com o Pessoal": diminuição de custos, no montante de 18.884,95€
- "Outros Gastos": diminuição de custos, no montante de 15.305,65€
- "Gastos de Financiamento": diminuição de custos, no montante de 17.221,45€
- "Subsídios à exploração": aumento de subsídios/doações, no montante de mais de 132.436,92€.

Estrutura de Rendimentos

Os "Rendimentos" da MdM são essencialmente compostos por "Quotas e Jóias", "Subsídios, Doações e Legados para a exploração" e "Outros Rendimentos".

As "Quotas e Jóias", como se pode observar no gráfico junto, apresentando um valor de 1.160€, refletem uma diminuição de 695,80€, relativamente ao Exercício de 2024 (1.855,80€)

As rubricas que integram o agregado "Subsídios, Doações e Legados para a exploração" apresentam as seguintes variações na análise comparativa entre 2025 e 2024:

• SUBSÍDIOS PÚBLICOS RESTRITOS

- Subsídios do Estado e outros entes públicos – mais 1.213,97€

• SUBSÍDIOS PÚBLICOS NÃO RESTRITOS

- Formação – menos 1.300€



·SUBSÍDIOS PRIVADOS RESTRITOS

- Subsídios de Outras Entidades: menos 9 636,97€

·SUBSÍDIOS PRIVADOS NÃO RESTRITOS

- Doações: mais 157.328,92€

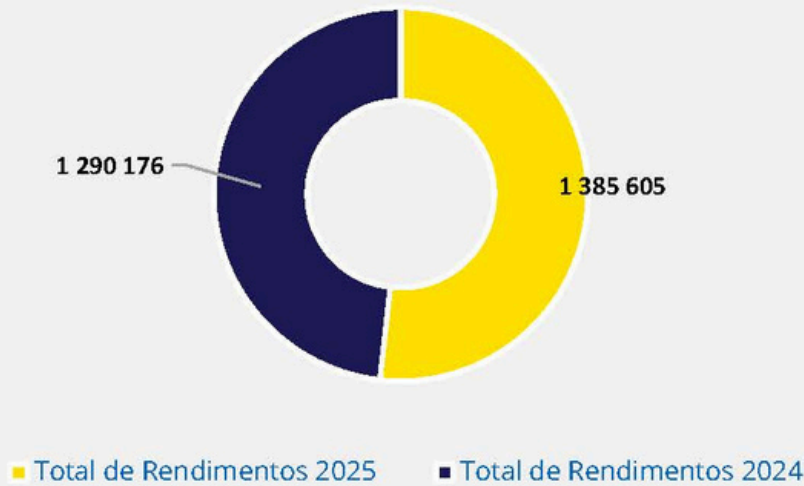
- Eventos: mais 10.317,47€

- Donativos em Espécie: mais 18.585,11€

- Outros rendimentos e ganhos: menos 43.212,89€



RESUMO DOS PROVEITOS 2024/2025



ESTRUTURA DE GASTOS

No seu conjunto, em 2025, os Custos dos diferentes Departamentos observaram as seguintes variações, relativamente ao ano anterior:

- Projetos Nacionais: registou-se um aumento de 23.599 €, decorrente do início do projeto *LIKE ME AND YOU*.

- Projetos Internacionais: verificou-se um acréscimo de 23.818 €, essencialmente associado à execução do projeto *Kaminhu pa um Biombo más saudável*, na Guiné-Bissau.

- Comunicação & Advocacy, Marketing & Angariação de Fundos: observou-se uma redução de custos de 6.449 €.

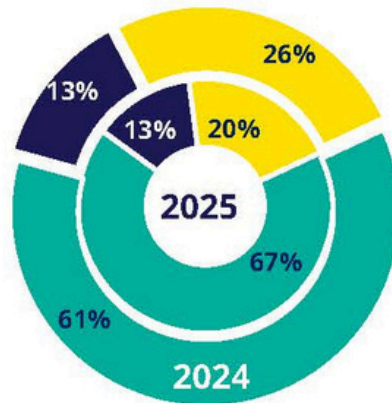
- Administrativo & Financeiro: a diminuição de 78.725 € resulta sobretudo da redução dos encargos com recursos humanos e pela diminuição de diversos custos operacionais, em linha com as medidas implementadas no âmbito do Plano de Redução de Custos.

Evolução de custos em 2024/2025



- Projetos Nacionais
- Projetos Internacionais
- Comunicação & Advocacy, Marketing & Angariação de Fundos
- Administrativo & Financeiro

Evolução de custos em 2024/2025



- Projetos Nacionais&Internacionais
- Comunicação & Advocacy, Marketing & Angariação de Fundos
- Administrativo & Financeiro

Os "Gastos" da MdM, foram constituídos essencialmente por "Fornecimentos e Serviços Externos" e "Gastos com o Pessoal".



BALANÇO 2025

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DOS ANOS 2025 E 2024

(Valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIO	
		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis.....	5	11 393,35	15 919,45
Investimentos financeiros.....	10.13	9 470,34	9 470,34
		20 863,69	25 389,79
Ativo corrente:			
Créditos a receber.....	10.1	501 435,87	483 627,55
Adiantamentos a fornecedores.....			
Estado e outros entes públicos.....	10.6	297,83	
Outras contas a receber.....	10.1		
Diferimentos.....	10.2	5 075,40	5 951,45
Outros ativos financeiros.....			
Caixa e depósitos bancários.....	4 e 10.3	164 139,07	247 720,92
		670 948,17	737 299,92
Total do Ativo		691 811,86	762 689,71
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos.....			
Excedentes técnicos.....			
Reservas.....			
Resultados transitados.....	10.4	(142 893,93)	(171 300,94)
Excedentes de revalorização.....			
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais.....			
		(142 893,93)	(171 300,94)
Resultado líquido do período.....	11.4	161 585,87	28 407,01
		18 691,94	(142 893,93)
Total dos Fundos Patrimoniais		18 691,94	(142 893,93)
Passivo:			
Passivo não corrente			
Provisões.....	7	9 117,12	1 632,17
Financiamentos obtidos.....	10.14	90 000,00	130 000,00
Outras dívidas a pagar.....			
		99 117,12	131 632,17
Passivo corrente			
Fornecedores.....	10.5	14 756,41	9 498,41
Estado e outros entes públicos.....	10.6	35 689,03	34 783,25
Diferimentos.....	10.2	390 700,83	588 788,07
Outros passivos correntes.....	10.7	132 856,53	140 881,74
		574 002,80	773 951,47
Total do passivo		673 119,92	905 583,64
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		691 811,86	762 689,71

A Direção



O Contabilista Certificado

CC n°51278



BALANÇO 2025

Aplicação do Resultado Líquido

Propomos que o Resultado líquido positivo de 161.585,87€, do Exercício de 2025, seja transferido para a conta de Resultados transitados.

Lisboa, 23 de março de 2026



Presidente da Direção
António Hipólito De Aguiar



MÉDICOS DO MUNDO

Demonstrações Financeiras

Período Fiscal de 01.01.2025 a 31.12.2025

Índice

Demonstração dos Resultados por Natureza em 31 de dezembro de 2025	4
Balanço em 31 de dezembro de 2025	5
Demonstração de alterações dos fundos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024	6
Demonstração de alterações dos fundos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025	7
Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024	8

Anexo

1. Identificação da Entidade	10
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	10
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	10
3.1 Bases de Apresentação.....	10
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	12
4. Fluxos de Caixa	15
5. Activos Fixos Tangíveis.....	15
6. Rédito	17
7. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	17
8. Benefícios dos empregados.....	17
9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	18
10. Outras Informações	18
10.1 Outros activos correntes	18
10.2 Diferimentos.....	19
10.3 Caixa e Depósitos Bancários.....	20
10.4 Fundos Patrimoniais	20
10.5 Fornecedores	20
10.6 Estado e Outros Entes Públicos.....	20
10.7 Outros passivos correntes	21
10.8 Subsídios, doações e legados à exploração.....	21
10.9 Fornecimentos e serviços externos	23
10.10 Outros rendimentos.....	24
10.11 Outros gastos	24
10.12 Resultados Financeiros	24
10.13 Outros Créditos e ativos não correntes.....	23
10.14 Créditos a receber.....	23
10.15 Financiamentos obtidos.....	23
10.16 Aumentos de justo valor	24
10.17 Acontecimentos após data de Balanço	26



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025



MÉDICOS DO MUNDO

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2025	2024
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....	6	1.160,00	1.855,80
Subsídios à exploração.....	10.8	1.212.677,37	1.080.240,45
Fornecimentos e serviços externos.....	10.9	(302.350,98)	(286.647,48)
Gastos com o pessoal.....	8	(899.289,06)	(918.174,01)
Provisões (aumentos/reduções).....			
Outras imparidades (perdas/reversões).....			
Aumentos/reduções de justo valor.....			
Outros rendimentos.....	10.10	171.756,29	208.079,62
Outros gastos.....	10.11	(16.249,87)	(31.555,52)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		167.703,75	53.798,86
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	5	(6.096,06)	(8.148,58)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		161.607,69	45.650,28
Juros e rendimentos similares obtidos.....			
Juros e gastos similares suportados.....	10.12	(21,82)	(17.243,27)
Resultado antes de impostos		161.585,87	28.407,01
Imposto sobre o rendimento do período.....			
Resultado líquido do período		161.585,87	28.407,01

A Direção



O Contabilista Certificado (nº51278)



BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DOS ANOS 2025 E 2024

(Valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIO	
		31-12-2025	31-12-2024
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis.....	5	11.393,35	15.919,45
Investimentos financeiros.....	10.13	9.470,34	9.470,34
		20.863,69	25.389,79
Ativo corrente:			
Créditos a receber.....	10.1	501.435,87	483.627,55
Adiantamentos a fornecedores.....			
Estado e outros entes públicos.....	10.6	297,83	
Outras contas a receber.....	10.1		
Diferimentos.....	10.2	5.075,40	5.951,45
Outros ativos financeiros.....			
Caixa e depósitos bancários.....	4 e 10.3	164.139,07	247.720,92
		670.948,17	737.299,92
Total do Ativo		691.811,86	762.689,71
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos.....			
Excedentes técnicos.....			
Reservas.....			
Resultados transitados.....	10.4	(142.893,93)	(171.300,94)
Excedentes de revalorização.....			
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais.....			
		(142.893,93)	(171.300,94)
Resultado líquido do período.....	11.4	161.585,87	28.407,01
Total dos Fundos Patrimoniais		18.691,94	(142.893,93)
Passivo:			
Passivo não corrente			
Provisões.....	7	9.117,12	1.632,17
Financiamentos obtidos.....	10.14	90.000,00	130.000,00
Outras dívidas a pagar.....			
		99.117,12	131.632,17
Passivo corrente			
Fornecedores.....	10.5	14.756,41	9.498,41
Estado e outros entes públicos.....	10.6	35.689,03	34.783,25
Diferimentos.....	10.2	390.700,83	588.788,07
Outros passivos correntes.....	10.7	132.856,53	140.881,74
		574.002,80	773.951,47
Total do passivo		673.119,92	905.583,64
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		691.811,86	762.689,71

A Direção



O Contabilista Certificado (nº51278)



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro 2024 (valores expressos em euros)

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedente de revalorização	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	1				33.406,73			(286.670,35)	(253.263,62)		(253.263,62)
Alterações no período:											
Primeira adopção do referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de dem.financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas no Cap.Próprio					81.962,68			286.670,35	368.633,03		368.633,03
	2				81.962,68			286.670,35	368.633,03		368.633,03
Resultado líquido do período	3				(286.670,35)			28.407,01	(258.263,34)		(258.263,34)
Resultado integral	4=2+3							315.077,36	110.369,69		110.369,69
Operações c/detentores de Cap.Próprio:											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações											
	5				(286.670,35)				(286.670,35)		(286.670,35)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	6=1+2+3+5				(171.300,94)			28.407,01	(142.893,93)		(142.893,93)

A Direção

O Contabilista Certificado (nº51278)



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro 2025 (valores expressos em euros)

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedente de revalorização	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	6				(171.300,94)			28.407,01	(142.893,93)		(142.893,93)
Alterações no período:											
Primeira adopção do referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de dem.financieiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas no Cap.Próprio								(28.407,01)	(28.407,01)		(28.407,01)
	7							(28.407,01)	(28.407,01)		(28.407,01)
Resultado líquido do período	8				28.407,01			161.585,87	189.992,88		189.992,88
Resultado integral	9 = 7+8							133.178,86	161.585,87		161.585,87
Operações c/instituidores no período											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações											
	10				28.407,01				28.407,01		28.407,01
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	6+7+8+10				(142.893,93)			161.585,87	18.691,94		18.691,94

A Direção



O Contabilista Certificado (nº51278)



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de dezembro 2025
(valores expressos em euros)

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
31 de DEZEMBRO 2025 e 2024

	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		217.043,21	163.838,57
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos a Fornecedores		(256.977,49)	(258.258,87)
Pagamentos ao Pessoal		(608.787,09)	(620.357,15)
Caixa gerada pelas operações		(648.721,37)	(714.777,45)
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		606.586,48	659.521,25
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(42.134,89)	(55.256,20)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		(1.569,96)	
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de :			
Ativos fixos tangíveis		123,00	
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(1.446,96)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos			130.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio			
Cobertura de prejuízos			81.962,68
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		(40.000,00)	
Juros e gastos similares			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(40.000,00)	211.962,68
Varição de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(83.581,85)	156.706,48
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		247.720,92	91.014,44
Caixa e seus equivalentes no fim do período		164.139,07	247.720,92

A Direção

O Contabilista Certificado (nº51278)






**Anexo às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2025**



1. Identificação da Entidade

A “MÉDICOS DO MUNDO” é uma instituição sem fins lucrativos, com o NIPC 504 568 566, constituída sob a forma de associação de cariz humanitário, sem fins lucrativos e de natureza privada, com estatutos publicados no Diário da República n.º 196/99, Série III, com sede em Avenida de Ceuta (Sul), Lote 4 – Loja 1, em Lisboa. Tem como atividade a intervenção médica, humanitária e social dirigida às populações e pessoas vítimas de cataclismos, guerras ou injustiça social.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

1. Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado e republicado através do decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de junho. O SNC - ESNL é ainda regulado pelos seguintes diplomas:
 - Aviso n.º 8254/2015 de 20 de julho (Estrutura Conceptual);
 - Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho (Código de Contas);
 - Aviso n.º 8259/2015 de 20 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
 - Aviso n.º 8258/2015 de 20 de julho (Normas Interpretativas)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contábilísticas devem ser levadas a efeito, de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.3 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.4 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):



- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao Diretor-Geral dos Impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, tendo em conta os requisitos necessários para a isenção em sede de IRC, confirma-se que, mais de 50% do rendimento global líquido é afeto aos fins estatutários, e que os membros dos órgãos estatutários, não têm interesse direto ou indireto, por si ou interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades exercidas.



As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

3.2.5 Alterações nas estimativas e erros

No decurso de 2025, não foram identificadas alterações nas estimativas contabilísticas nem correções de erros materiais que exigissem ajustamentos às demonstrações financeiras.

4. Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, utilizando o método direto. Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, detalha-se como segue:

Descrição	2025	2024
Numerário	1 411,23	1 634,08
Depósitos Bancários	162 727,84	246 086,84
Total	164 139,07	247 720,92

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2024					
	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	Total
Custo:					
Saldo inicial	69 901,74	114 822,76	58 384,75	594,00	243 703,25
Aquisições / Dotações	-	19 501,63	3 799,93	-	23 301,56
Abates	-	37 500,00	-	-	37 500,00
Transferências	594,00	-	-	594,00-	-
Revalorizações	-	-	-	-	-
Reclassificações	-	-	-	-	-
Total	70 495,74	96 824,39	62 184,68	0,00	229 504,81
Depreciações acumuladas:					
Saldo inicial	69 762,64	114 822,76	58 351,38	0	242 936,78
Aquisições / Dotações	439,79	4 875,41	2 833,38	-	8 148,58
Abates	-	37 500,00	-	-	37 500,00
Transferências	-	-	-	-	-
Revalorizações	-	-	-	-	-
Reclassificações	-	-	-	-	-
Total	70 202,43	82 198,17	61 184,76	0,00	213 585,36
Total líquido	293,31	14 626,22	999,92	0,00	15 919,45

2025					
	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	Total
Custo:					
Saldo inicial	70 495,74	96 824,39	62 184,68	0	229 504,81
Aquisições / Dotações	-	350,00	1 219,96	-	1 569,96
Abates	-	5 000,00	-	-	5 000,00
Transferências	-	-	-	-	-
Revalorizações	-	-	-	-	-
Reclassificações	-	-	-	-	-
Total	70 495,74	92 174,39	63 404,64	0	226 074,77
Depreciações acumuladas:					
Saldo inicial	70 202,43	82 198,17	61 184,76	0	213 585,36
Aquisições / Dotações	293,31	5 225,41	577,34	-	6 096,06
Abates	-	5 000,00	-	-	5 000,00
Transferências	-	-	-	-	-
Revalorizações	-	-	-	-	-
Reclassificações	-	-	-	-	-
Total	70 495,74	82 423,58	61 762,10	0	214 681,42
Total líquido	0,00	9 750,81	1 642,54	-	11 393,35

6. Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Prestação de Serviços		
Quotas e jóias	1160,00	1 855,80
Total	1160,00	1 855,80

7. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2025 e 2024, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2025	Aumentos	Diminuições	2024
Processos judiciais em curso	9 117,12	7 484,95	-	1 632,17
Total	9 117,12	7 484,95	-	1 632,17

O aumento registado em provisões face a 2024, no valor de 7484,95 €, resulta do ajustamento por diferenças de câmbio favoráveis à data de 31 de dezembro, relativas a um processo judicial em curso em Moçambique, o ajustamento em causa de 902,90€ foi registado na conta 7861-Diferenças de câmbio favoráveis.

A conta de provisões regista também a regularização do montante de 8387,85€, que estava registado como um potencial valor a receber de um ex-colaborador de Moçambique por desvio de verbas. Como até à data não foi instruído qualquer processo judicial contra o mesmo, procedeu-se à regularização do montante e considerou-se como gasto de exercícios anteriores, tendo por isso sido registado na conta 6881-Correções relativas a exercícios anteriores.

8. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2025 e 2024, foram ambos de 19. Os órgãos diretivos são voluntários e não auferem remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2025 e 2024 foi de 46 e 50, respetivamente.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações ao pessoal	724 236,97	726 252,61
Indemnizações	9 545,65	25 811,72
Encargos sobre as Remunerações	150 701,89	151 878,52
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	7 947,89	6 571,78
Outros Gastos com o Pessoal	6 856,66	7 659,38
Total	899 289,06	918 174,01

9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social é devedora no montante de 29.172,03€ a 31 de dezembro de 2025. Este valor diz respeito aos encargos do mês de dezembro, a serem liquidados em janeiro de 2026.

A Médicos do Mundo, encontrava-se ao abrigo de um plano de pagamentos, nos termos dos artigos 196º, 198º, 199º do CPPT e o abrigo do artigo 13º, do Decreto-Lei 42/2001. A Entidade requereu a adesão ao Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES) no final de 2016, tendo esse pedido sido diferido pelo Instituto de Gestão da Segurança Social e liquidado em novembro de 2022, ficando assim a situação regularizada.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2025 e 2024, foram de 3.690,00 € em cada um dos períodos.

10. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações, do Médicos do Mundo NIPC: 504568566.

10.1 Créditos a receber

A rubrica “Créditos a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Créditos a receber

Descrição	2025	2024
Adiantamentos ao pessoal	521,59	606,03
Devedores por acréscimos de rendimentos	195 980,72	10 075,65
Outros Devedores	304 933,56	425 715,36
Outros financiadores FBA, CVP, APF, PSP	0,00	47.230,51
Total	501 435,87	483 627,55

Handwritten signature and initials in blue ink.

O valor na rubrica "Outros Devedores", referente ao ano de 2025, é composto essencialmente por financiamentos ainda por receber relacionados com projetos em curso, nacionais (212 133,34 €) e internacionais (70 796,37 €).

O valor na rubrica "Devedores por acréscimos de rendimentos", é composto essencialmente pelo montante (180 175,75€) que falta receber da consignação do IRS do ano 2024.

10.2 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Seguros	3 995,4	2 928,86
Outros gastos a reconhecer	1 080,00	3 022,59
Total	5 075,4	5 951,45
Rendimentos a Reconhecer		
Porto Escondido - DGS	10 137,45	11 833,21
Equipa Técnica de Rua em Saúde (ETRS) - CML	39 215,49	32 733,51
PCV - Programa de Consumo Vigiado Móvel - CML	24 031,48	53 699,90
MedPAH e Equipa de Rua Loures - Hovione	18 500,00	18 500,00
Centro Rastreio - ViiV Healthcare	-	11 646,22
Projecto SER - Saúde em Equipa de Rua - ICAD	78 036,49	33 917,41
Viva + Rural - Fundação La Caixa		671,44
PCV - Programa de Consumo Vigiado Móvel - ICAD	97 596,70	215 592,52
Cabaz Bebê - CML	18 961,10	30 961,10
Porto Saudável - DGS		8 117,33
Bonfim Cuida - Junta de Freguesia do Ramalde	3 449,73	-
Bonfim Cuida - Junta de Freguesia do Bonfim	344,44	5 592,10
Beato Cuida - Junta de Freguesia do Beato		33 329,90
Kaminhu pa um Biombo más saudável - Camões	96 301,81	128 067,29
S-Team Interactive	4 126,14	4 126,14
Total	390 700,83	588 788,07

10.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Numerário	1 411,23	1 634,08
Depósitos Bancários	162 727,84	246 086,84
Total	164 139,07	247 720,92

10.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” durante o ano de 2025 ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados transitados	(171 300,94)	28 407,01	-	(142 893,93)
Resultado líquido do período	28 407,01	161 585,87	28 407,01	161 585,87
Total	(142 893,93)	189 992,88	28 407,01	18 691,94

10.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” em 2025 e 2024 é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	14 756,41	9 498,41
Total	14 756,41	9 498,41

10.6 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” em 2025 e 2024 detalha-se da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	297,83	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	297,83	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	6 517,00	7 152,63
Segurança Social	29 172,03	27 630,62
Total	35 689,03	34 783,25

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

10.7 Outros passivos correntes

A rubrica "outros passivos correntes" em 2025 e 2024 desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	0,10	-	25,00
Credores por acréscimo de gastos:	-	115 353,64	-	114 400,29
Remunerações a liquidar	-	111 995,59	-	109 860,24
Fornecimentos e serviços externos	-	3 358,05	-	4 540,05
Outros credores:	-	17 502,79	-	26 456,45
Financiadores de projetos	-	17 413,33	-	17 093,14
Credores diversos	-	89,46	-	9 363,31
Total	-	132 856,53	-	140 881,74

10.8 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações e heranças:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	424 588,42	423 374,45
Subsídios de outras entidades	38 817,66	45 645,82
Doações	725 385,48	594 142,68
Eventos	16 384,80	6 067,33
Donativos	7 501,01	
Total	1 212 677,37	1 080 240,45

LUTAMOS TAMBÉM CONTRA A INJUSTIÇA



Relação dos subsídios obtidos	Projecto				Período de financiamento		Quantias Concedidas			
	Localização	Entidade de Financiadora	Área de Intervenção	Forma de Concessão	Começo	Fim	Já recebidos	Por receber	A devolver	Total
SER - Saúde em Equipa de Rua	Barcelos	ICAD	Redução de Riscos e Minimização de Danos	Monetária	01/10/2023	30/09/2025	90000			90000
SER - Saúde em Equipa de Rua	Barcelos	ICAD	Redução de Riscos e Minimização de Danos	Monetária	01/10/2025	30/09/2027		90000		90000
Porto Escondido 25/26 SIDA-S-24-33	Porto	DGS	Deteção Precoce e Prevenção do VIH e SIDA e Infecções Sexualmente Transmissíveis	Monetária	01/03/2025	28/02/2026	65000			65000
Porto Escondido 24/25 SIDA-S-23-19	Porto	DGS	Deteção Precoce e Prevenção do VIH e SIDA e Infecções Sexualmente Transmissíveis	Monetária	01/03/2024	28/02/2025	65000			65000
Porto Saudável TB-S-23-27	Porto	DGS	Promoção da literacia em tuberculose, Promoção de Rastreio da Tuberculose	Monetária	01/03/2024	28/02/2025	35000			35000
Terceira (C)idade=Felicidade	Porto	FBA	Promoção de Saúde e Envelhecimento Activo	Monetária	01/12/2024	31/12/2025	40000	8011		48011
Centro de Rastreio Porto	Porto	Viv Healthcare	Deteção Precoce do VIH/SIDA e IST	Monetária	01/01/2025	31/12/2025	8000			8000
Bonfim Cuida	Porto	JF Bonfim	Promoção de Saúde e Envelhecimento Activo	Monetária	01/07/2024	30/06/2025	7500			7500
Medpah Cuida, Bonfim	Porto	JF Bonfim	Apoio Medicamentoso	Monetária	01/05/2025	30/04/2026	1200			1200
Ramalde Cuida	Porto	JF Ramalde	Promoção de Saúde e Envelhecimento Activo	Monetária	01/07/2025	30/06/2026	3000	2000		5000
Like Me and You	Paredes	Astrazeneca	Promoção da Saúde	Monetária	01/01/2025	30/06/2028	61354	136269		197623
Equipa Técnica de Rua, especializada na área da Saúde, a realizar no Município de Lisboa	Lisboa	CML	Cuidados básicos de saúde em contexto de rua	Monetária	03/07/2024	02/07/2025	52447	0		52447
Equipa Técnica de Rua, especializada na área da Saúde, a realizar no Município de Lisboa	Lisboa	CML	Cuidados básicos de saúde em contexto de rua	Monetária	03/07/2025	02/07/2026	34965	23310		58274
Equipa Técnica de Rua, especializada na área da Saúde, a realizar no Município de Lisboa	Lisboa	ISS	Pessoas sem abrigo	Monetária	01/01/2025	31/12/2025	34223			34223
Hovione	Loures	Hovione	Cuidados Básicos de Saúde	Monetária	01/12/2024	30/11/2025	18500	18500		37000
PCV - Programa de Consumo Vigiado Móvel	Lisboa	CML	Redução de Riscos e Minimização de Danos	Monetária	01/07/2024	30/06/2026	51250	7809		59059
PCV - Programa de Consumo Vigiado Móvel	Lisboa	SICAD	Redução de Riscos e Minimização de Danos	Monetária	01/07/2024	30/06/2026	187019	49216		236235
PCV - Programa de Consumo Vigiado Móvel	Lisboa	CML	Redução de Riscos e Minimização de Danos	Monetária	01/07/2022	30/06/2024	51495	7564		59059
PCV - Programa de Consumo Vigiado Móvel	Lisboa	SICAD	Redução de Riscos e Minimização de Danos	Monetária	01/07/2022	30/06/2024	226392	9842		236234
Beato Cuida	Lisboa	JF Beato	Promoção de Saúde e Envelhecimento Activo	Monetária	01/10/2024	30/09/2025	36365	3693		40258
Embarque na Saúde	Lisboa/Porto/Faro	PSP	Cuidados básicos de saúde	Monetária	01/01/2025	31/12/2025	91746			91746
Unidade Integrativa para Pessoas em Situação de Sem-Abrigo	Lisboa	CVP	Cuidados básicos de saúde em contexto de rua	Monetária	01/01/2025	31/09/2025	16119			16119
Kaminhu pa um Biombo más saudável	Guiné-Bissau	Camões	Saúde Sexual e Reprodutiva e Igualdade de Género	Monetária	02/12/2024	01/12/2026	58822	70796		129618
Subtotais							1 235 397	427 208	0	1 662 605
Totais							1 235 397	427 208	0	1 662 605

Subsídios não reembolsados



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço		Período 2025					Período 2024								
		Demonstração dos resultados			Balanço		Demonstração dos resultados			Balanço					
		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas a outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidos no passivo		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas a outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidos no passivo					
Subsídios relacionados com rendimentos	Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS)	34 223 €			- €						80 002 €				- €
	DGS - Direcção-Geral da Saúde	71 591 €			10 137 €						80 049 €				19 951 €
	Câmaras Municipais	75 633 €			82 208 €						88 552 €				117 395 €
	ICAD	163 877 €			175 633 €						170 556 €				249 510 €
	Hovione	18 500 €			18 500 €						18 500 €				18 500 €
	ViiV Healthcare	19 646 €									5 354 €				11 646 €
	Fundação EDP														- €
	Instituto de Higiene e Medicina Tropical										861 €				- €
	Fundação La Caixa	671 €									6 305 €				671 €
	Camões	31 765 €			96 302 €						1 551 €				128 067 €
	Tabaqueira														
	Juntas de Freguesias	47 499 €			3 794 €						2 664 €				38 922 €
	Estágios profissionais IEPF										6 826 €				- €
	UNICEF														
	Embaixada da Austrália										7 800 €				
	Plataforma ONGD														- €
	S-Team Interactive				4 126 €										4 126 €
	Doações		725 385 €		- €						568 057 €				- €
Heranças, Legados e Testamentos				- €										- €	
Eventos		16 385 €		- €						6 067 €				- €	
Donativos em Espécie		7 501 €		- €						26 086 €				- €	
Totais		463 406 €	749 271 €	0 €	390 701 €	0 €				469 020 €	600 210 €	0 €	588 788 €	0 €	

10.9 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Serviços especializados	170 619,23	162 647,25
Materiais	43 537,36	57 374,91
Energia e fluidos	18 294,37	11 604,43
Deslocações, estadas e transportes	13 799,89	11 326,34
Serviços diversos	56 100,13	43 694,55
Total	302 350,98	286 647,48

Em 2025, e apesar da estratégia de redução de custos, registou-se um aumento de 15 703,50 € na rubrica *Fornecimentos e Serviços Externos* face ao ano anterior, decorrente principalmente do reforço de serviços de consultoria e apoio técnico necessários ao desenvolvimento de projetos durante o exercício.

10.10 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” em 2025 e 2024 encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	902,90	34,29
Alienação de Ativos Fixos Tangíveis	123,00	16 000,00
Outros rendimentos e ganhos	170 730,39	192 045,33
Total	171 756,29	208 079,62

10.11 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” em 2025 e 2024 encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos		415,24
Outros Gastos e Perdas	16 249,87	31 114,56
Total	16 249,87	31 555, 52

10.12 Resultados Financeiros

A rubrica de “Juros suportados” em 2025 e 2024 encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	21,82	17 243,27
Total	21,82	17 243,27

10.13 Investimentos financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes créditos e ativos não correntes:

Descrição	2025	2024
Outros créditos e ativos não correntes	9 470,34	9 470,34
Total		-
Resultados Financeiros	9 470,34	9 470,34

10.14 Financiamentos obtidos

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Financiamentos Obtidos:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Outros credores:	90 000,00	-	130 000,00	-
Financiamentos Obtidos	90 000,00	-	130 000,00	-
Perdas por imparidade acumuladas		-	-	-
Total	90 000,00	-	130 000,00	-

Durante o ano de 2024, foi necessário recorrer a dois empréstimos privados para suprir necessidades de tesouraria. Em 2025 procedeu-se à liquidação integral de um desses empréstimos, mantendo-se o segundo em dívida, cuja liquidação está prevista para 2026/2027, não estando associado a qualquer taxa de juro.

10.15 Aumentos de justo valor

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Aumentos de Justo valor:

Descrição	2025	2024
Aumentos/reduções de justo valor	-	-
Total	-	-



10.16 Acontecimentos após data de Balanço

Após a data do Balanço, foi proferido o acórdão relativo ao processo judicial em curso de Moçambique. O processo em causa, relativo a uma ação em que o Autor é um ex-colaborador, Joaquim Alexandre Samuel, e a Médicos do Mundo a Ré. O acórdão proferido em 18 de fevereiro de 2026, condena a Médicos do Mundo a pagar a indemnização ao Autor, sendo que o valor da indemnização com despesas ascende a USD 8143,00, que ao câmbio de 12 de março 2026, momento em que foi efetuado o pagamento, totalizou EUR 7089,30.

Assim, em 2026 será contabilizado, o pagamento da indemnização no valor de 7089,30€, e a reversão do excedente da provisão no montante de 2027,82€.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direção em 23 de março de 2026.

Lisboa, 23 de março de 2026

O Contabilista Certificado(nº51278)

A Direção

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Associação Médicos do Mundo**, (a “Entidade”) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 691.811,86 Euros e um total de fundos patrimoniais de 18.691,94 Euros, incluindo um resultado líquido de 161.585,87 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Associação Médicos do Mundo**, em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa

opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 30 de março de 2026



José Manuel Martins Gonçalves Roberto (ROC 1051), registado na CMVM com o n.º 20160664, em representação da MRT - Roberto, Trindade, Matos & Associados, SROC, Lda

